



ÁREA TEMÁTICA: Desenvolvimento Sustentável e Ambiente

“Queimadas, Desigualdades Sociais e Pobreza: O turbilhão sócio-ambiental na Amazônia brasileira”

COSTA LIMA, João Vicente R. B.

Doutor em Sociologia

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

jvcostalima@gmail.com

Resumo

O presente trabalho reconstitui os pontos de vista de diversos atores coletivos que interagem na cena socioambiental no sul do Estado do Pará, no Brasil. Problematiza-se o fenômeno das queimadas na Amazônia como parte de uma equação da sustentabilidade que articula as variáveis sociológicas da pobreza e as desigualdades sociais enraizadas. Nesse sentido, utiliza-se de dados sobre a qualidade de vida da região estudada.

Palavras-chave: Queimadas; pobreza; sustentabilidade; Amazônia





INTRODUÇÃO – ALGUNS INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

A ocupação da Amazônia brasileira, a partir dos idos de 1970 é marcada pela implantação de grandes projetos de desenvolvimento, com vistas à ocupação do território a partir da implantação de uma agricultura convencional muito distante das peculiaridades dos ecossistemas amazônicos. Daí seguiu-se um roteiro trágico relativamente à luta pela posse da terra e da sua ocupação a qualquer custo, agravados pela ausência do estado, na forma de instituições fragilizadas e ineficazes. Sobre as populações tradicionais e ancestrais impuseram-lhes a condição de invisibilidade política, porque concebidos como agentes econômicos anacrônicos e atores políticos de segunda classe, foram ignorados pela ditadura militar e sua tecnocracia.

O presente *papper* é resultado de levantamento de campo no âmbito dos municípios de Redenção e Santa Maria das Barreiras, no sul do estado do Pará, nova fronteira agrícola brasileira em que grassa uma destruição ambiental sem precedentes, na forma de um desmatamento endêmico, e um quadro geral amplo de degradação humana. O estudo trabalha com aspectos quantitativos e qualitativos da realidade das comunidades implicadas. De um ponto de vista quantitativo, utilizam-se os dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros estudos derivados, como a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) 2006. De um ponto de vista qualitativo, trabalhou-se com entrevistas abertasⁱ.

Segundo os dados da PNAD 2006 e o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2007/2008, para uma população estimada de 184.601.000 milhões de habitantes, havia 21,5% da população brasileira (algo em torno de 39,6 milhões de pessoas) vivendo na linha de pobreza, o que implicava viver com um rendimento de até U\$ 2,00 por diaⁱⁱ. Havia um percentual de 7,5% da população, vivendo na condição de indigentes; o que implica em se viver com até U\$ 1,00 ao dia.

Para 87 milhões de pessoas economicamente ativas, somente 47,4%, ou pouco mais de 41 milhões de pessoas, contribuíam com a previdência social. Na região Norte, onde se localiza o estado do Pará, sabia-se de 33,6% que contribuíam e 66,4% que não contribuíam. Das pessoas ocupadas no setor agrícola, 27,6% eram “empregadas”, e somente 31,8% tinham carteira assinada, ou algo em torno de 1,5 milhões de pessoas em um universo de quase 5 milhões de pessoas.

A PNAD 2006 contabilizou que 25,6% da população economicamente ativa ganhava até “1 Salário Mínimo” (SM); outros 20,5% recebem “entre 1 a 2 SM” e, 32,5% acusavam a condição de “sem rendimento”. Assim, 78,6% da população estava situadas em um intervalo de rendimento de “0 a 2 SM”. Na região Norte, eram 28,4% os que ganhavam “Até 1 SM”; outros 18,6% estavam entre os que ganhavam “mais de 1 a 2 SM” e 38,6% pertenciam à categoria dos “sem rendimento”. A soma desses números relativos era de 85,6%.

O rendimento médio real mensal dos *empregados no trabalho principal* mostrou, para 2006, rendimentos de R\$ 845,00 reais (Brasil) e R\$ 729,00 reais (Região Norte). Entre aqueles com *carteira assinada*, os rendimentos foram de R\$ 896,00 reais (Brasil) e R\$ 734,00 reais (Região Norte). Entre os *sem carteira assinada*, os rendimentos foram de R\$ 500,00 reais (Brasil) e R\$ 476,00 reais (Região Norte).

Vigora no Brasil o que a lei denomina de Salário Mínimo no valor de R\$ 380,00 reais, para o ano de 2007, ou aproximadamente U\$ 195,87 dólares ao mês, ou U\$ 6,52 dólares ao dia.

Tendo em vista os dados disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD, para 2000, a renda *per capita* da população de Redenção era de R\$ 200,72 mil reais/mês. Já para Santa Maria das Barreiras, no mesmo período, a renda *per capita* era de R\$ 112,90 reais/mês.



Tabela 1 – Categorias de Trabalho e Rendimentos

Categorias de Trabalho		Renda Média U\$/mês/dia
Os pobres no Brasil (39,6 milhões de pessoas)		U\$ 60,00/mês ou U\$ 2,00/dia
Os indigentes no Brasil (13,8 milhões de pessoas)		U\$ 30,00/mês ou U\$ 1,00/dia
Pessoas economicamente ativas que ganhavam de “0 a 2 SM”	No Brasil (78,6% da população)	De U\$ 0,0 a U\$ 391,75/mês ou U\$ 13,05/dia
	Na Região Norte (85,6% da população)	De U\$ 0,0 a U\$ 391,75/mês ou U\$ 13,05/dia
Rendimento Médio Mensal	No Brasil (R\$ 587,00)	U\$ 302,57/mês ou U\$ 10,08/dia
	Na Região Norte (R\$ 413,00)	U\$ 212,88/mês ou U\$ 7,09/dia
Salário Mínimo (R\$ 380,00 reais)		U\$ 195,87/mês ou U\$ 6,52/dia
Rendimento Médio Mensal do trabalho principal	Brasil (R\$ 845,00)	U\$ 435,56/mês ou U\$ 14,51/dia
	Com carteira assinada (R\$ 896,00)	U\$ 461,85/mês ou U\$ 15,39/dia
	Sem carteira assinada (R\$ 500,00)	U\$ 257,73/mês ou U\$ 8,59/dia
	Norte (R\$ 729,00)	U\$ 375,77/mês ou U\$ 12,52/dia
	Com carteira assinada (R\$ 896,00)	U\$ 461,85/mês ou U\$ 15,39
	Sem carteira assinada (R\$ 500,00)	U\$ 257,73/mês ou U\$ 8,59/dia
Santa Maria das Barreiras	PIB <i>per capita</i> (R\$ 112,90/mês)	U\$ 58,19/mês ou U\$ 1,93/dia
Redenção	PIB <i>per capita</i> (R\$ 200,72/mês)	U\$ 103,46/mês ou U\$ 3,44/dia

A população de Redenção era de 63.251 em 2000, sendo a taxa de urbanização de 94,25%. A “Mortalidade até um ano de idade” e a “Taxa de fecundidade” são altíssimas para os padrões da Organização Mundial de Saúde (OMS), 30% e 3,1%, respectivamente. A “Taxa de analfabetismo” era de 20,2% e a “Média de anos de estudo” decepcionante: 4,4 anos. Aqui está a chave explicativa para os 38,6% da população que vive na pobreza.

A população de Santa Maria das Barreiras era de 10.955 habitantes de acordo com o Censo 2000, com uma taxa de urbanização de 13,30%. A “mortalidade até um ano de idade” e a “taxa de fecundidade” também são altas, 31,9% e 3,7%, respectivamente. A “Taxa de analfabetismo” é de (38%) e a “Média de anos de estudo” é desalentadora: 3,2 anos. Disto resulta em 59,8% da população vivendo na pobreza. Vê-se que os indicadores de Santa Maria das Barreiras, são ainda piores que os de Redenção, que já são muito ruins.

Levando-se em consideração um total de 15.040 domicílios cadastrados em Redenção e 2.456 em Santa Maria das Barreiras em 2000, podem-se fazer algumas comparações com os números relativos ao nível do estado, da região e do país, retirados da PNAD 2005.



Relativamente à forma de abastecimento de água, os indicadores de Redenção (9,9%) e Santa Maria das Barreiras (19,7%) são muitos baixos em relação ao Pará (42,6%), à região Norte (54,6%) e ao país (82,3%) relativamente à situação de estar ligada a “Rede geral”.

Salta aos olhos que quase a metade dos domicílios de Redenção (48,6%) e a maior parte dos domicílios de Santa Maria das Barreiras (80,9%) “não tinham” banheiros. Quando se pergunta sobre o acesso que os domicílios das famílias têm a uma “rede geral de esgoto”, os percentuais de Redenção e Santa Maria das Barreiras alcançam o incrível patamar de 0%.

ESFERA PÚBLICA SOCIOAMBIENTAL

A seguir reconstitui-se o ponto de vista dos atores sociais que atuam na região do sul do Pará — especificamente, dos municípios de Redenção e Santa Maria das Barreiras —, no caso, FUNAI, Prefeituras, Sindicatos de trabalhadores rurais, Comissão Pastoral da Terra. O método pretende recuperar as razões, motivações e responsabilidade sobre os eventos ambientais (catastróficos) e sociais (de degradação humana) que tem afetado a região desde a década de 1970.

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

A FUNAI monitora a situação dos grupos indígenas no sul do Pará, e tem se deparado com recorrentes problemas relacionados às atividades do garimpo e extração de madeira, dentro das terras indígenas. O principal grupo indígena da região é o de etnia **Caiaipó**.

“[E]sses dois [madeira e garimpo] são proibidos por lei, e uma das atividades nossa aqui [da FUNAI] é garantir que não seja tirada madeira, nem feito garimpo dentro da terra indígena, visto que no contexto geral, os índios são manipulados por madeireiros, por garimpeiros. O garimpeiro e o madeireiro oferecem vantagens absurdas, vão iludindo eles e tirando ilegalmente a madeira e o ouro da terra indígena. E os índios, com o passar dos tempos, [vão] continuando na miséria e sem nada pra ter em troca” (Sr. Domingos Chaves G. de Oliveira – FUNAI).

Mesmo que não haja indícios de conflitos diretos entre as populações indígenas e os fazendeiros, garimpeiros e pescadores, está instituído um modo de intercâmbio entre eles injusto socialmente e predatório dos recursos naturais.

Prefeituras de Santa Maria das Barreiras e Redenção

O prefeito Odacyr Del Santos, de Santa Maria das Barreiras, relata a história de ocupação da região sob o ponto de vista dos colonos que vieram de outros Estados, atraídos pelos preços baixos da terra e pelas promessas de recomeço. Sua história é uma mediana da trajetória do colono espremido pelas restrições de terra e renda do lugar da infância. Interpreta a cena econômica e ambiental com atenuantes referente aos males produzidos pelos programas de colonização baseados na pecuária, extração de madeira e garimpo. Mas há muito de resignação, nas escolhas dos colonos, como se a vida não lhes tivesse dado outro destino, senão estes caminhos incontornáveis da sobrevivência. Hoje, contudo, o senhor prefeito reconhece uma realidade instável e crítica:



“Isso tem atrapalhado nosso município, porque daí mudou tudo pro gado, o pequeno produtor passa só degradando, não tem pasto, as vacas deles, que a maioria é dessas leiteiras que não dá leite, capim não vai, não tem um incentivo pra fazer uma cana ou alguma coisa” (Odacyr Del Santos - Prefeito).

Para o prefeito, os problemas ambientais crônicos da região (desmatamento e morte das nascentes e rios) são resultados das ações incongruentes do governo federal na gestão dos problemas, sublinhe-se INCRA (órgão federal voltado para a reforma agrária e a ocupação e produção na terra) e IBAMA (instituição federal atuante na conservação da natureza).

“O INCRA e o IBAMA são rival um do outro. Um fazendeiro deixava duzentos hectares. O INCRA considerava improdutivo, metia colono e desmatava. O IBAMA, nesse mesmo pasto não contestava o INCRA. Então, o que aconteceu? Os fazendeiros começaram a desmatar, começaram a não deixar nada, porque eles queriam preservar, mas a lei não amparava. (Odacyr Del Santos - Prefeito).

O prefeito Odacyr Del Santos relata um outro episódio para ilustrar iniciativas suas que denotam preocupação com a preservação, ao mesmo tempo em que informa sobre a imobilidade do governo para compreender e gerir, de forma efetiva, os problemas ambientais da região.

“Lá na beira do rio Araguaia teria que ter um projeto de preservação do peixe, porque lá tem vários afluentes que desaguam no Araguaia, que são berçário de produção de peixe e que desde 2005 eu venho denunciando e querendo uma parceria com o próprio IBAMA. Eu posso mostrar documento lá na prefeitura que eu fiz das queimadas. Eu cheguei a denunciar pro Ministério do Meio Ambiente de Brasília, pedindo que eles interferissem... Daí eles mandaram um projetinho, daí eu disse: “Graças a Deus, agora vai funcionar...” Quando eu liguei pra fechar, que eu falei que tinha que proibir o pescador profissional, que aconteceu? Não, o profissional nós não pode. E o pescador profissional é que está destruindo o peixe do rio. (Odacyr Del Santos - Prefeito).

Segundo o prefeito Odacyr Del Santos, as queixas se estendem à falta de assistência técnica, planejamento e análise de mercado para os produtos e a escassez de recursos para implementar novos projetos. Assim é que a criação de gado é a atividade dominante em um contexto sem maiores alternativas de trabalho e renda. Em termos de emprego, o principal empregador é a prefeituraⁱⁱⁱ e depois a pecuária que, relativamente à geração de emprego, num tom mais comedido, acrescenta: “*Olha, a pecuária depois que ela se forma, ela gera pouco emprego*”.

Um tema delicado é o desrespeito aos direitos trabalhistas na região, como regra. A situação do homem comum trabalhador nas fazendas, relativamente à segurança e saúde no trabalho, respeito à legislação, é resumida numa frase ímpar do senhor prefeito:

“*Olha, é quase zero!* Alguns fazendeiros até ajudam seus funcionários, mas outros trazem aqui ou largam lá em Redenção, se viram, e voltam pra fazenda. Então não é muito boa a assistência” (Odacyr Del Santos - Prefeito).

O senhor prefeito dá informações que ajudam a entender o momento institucional pelo qual passa a região com respeito aos eventos recorrentes de assassinatos. Instado a falar sobre a erradicação ou não da pistolagem, posiciona-se em um terreno ambíguo:



“Acabou. Ela tá erradicada. A incompetência da policia é tão grande, que, se forma um grupo aqui todo mundo sabe quem é... que a policia sabe quem é, e ninguém toma atitude nenhuma. Então, ainda há algum foco ali, mas não é mais como antigamente. A impunidade aqui ainda continua porque as autoridades não executam” (Odacyr Del Santos - Prefeito).

Indagada sobre o maior problema social da cidade e da região, a Secretária da Indústria, Comércio e Turismo de Redenção (SICTR), Maria do Socorro Porto concebe uma resposta que inclui a responsabilidade individual, por um lado, e a ação política demagógica, por outro. Contudo, demagogia se aplica a outros grupos políticos que não o seu:

“O grande problema social é a questão de emprego, não existe uma geração de emprego, existem muitas pessoas desempregadas. Existem também aquela questão do paternalismo, o que não acabou aqui no município, entendeu? Muitas pessoas têm condição de trabalho, mas não produzem, têm a dependência da prefeitura em ficar pedindo. A questão também são programas sociais que a gente tem vários aqui do governo federal, então a maioria fica nisso” (M^a do Socorro Porto – SICTR).

Sobre a catástrofe ambiental das queimadas, a senhora secretária elabora um discurso em que não responsabiliza o governo.

“A questão da criação, eles alegam que a queimada é para fazer pasto. Eles não têm uma conscientização, se houver é muito restrita. Então tem um movimento que tenta mudar essas questões, orientando que a queimada começa em uma propriedade e aí tá tudo seco.” (M^a do Socorro Porto – SICTR).

Sindicatos de trabalhadores rurais

Para o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria das Barreiras (STRSMB), o senhor Nivaldo Pereira Cunha, só há um diagnóstico a ser feito depois de tantos anos de vigência de seguidos projetos e programas de desenvolvimento, baseados na pecuária e na extração de madeira:

“Aqui antigamente era garimpo, [exploração de] madeira; só que isso não trouxe benefício ao município. Aí teve a questão daqueles projetos SUDAM das grandes fazendas, que deu no que deu: eles desmataram tudo e deixaram o município na situação que tá aí: fumaça, fogo todos os dias, o leito dos rios secando, as chuvas foram embora. Hoje o que está sustentando o município é a agricultura familiar, só que os próprios projetistas, na época, e o próprio banco, diziam que o financiamento tinha que ser só pra gado e o povo pegou aquela coisa; os pequenos querendo ser grande fazendeiro, e hoje destruíram as nascentes dos rios e a seca está aí. Isso nunca aconteceu aqui nessa região, de chegar uma época dessa e não ter chuva” (Nivaldo Pereira Cunha - STRSMB).

Para o presidente Nivaldo, o tipo humano mais penalizado é o pequeno proprietário e/ou trabalhador rural, pela falta de recursos, tecnologia e terras para lidar com os desafios da produção e comercialização. Do sonho de enriquecer restou à realidade da ineficiência do negócio e da pobreza, agravada pelo endividamento:



“A maioria fez foi empobrecer mais, que eles não têm onde plantar. Aí eles vão comprar arroz, com milho, com a farinha. O que era pra vender, eles faz é comprar. Aí vende um bezerro, vende um litro de leite a R\$ 0,20 para o laticínio. Eles não têm se preparado pra criar vaca de leite, porque eles não plantaram cana, não plantaram capim de ração; então é só na base da pastagem, e as terras daqui não são muito boas, colocaram gado em excesso na propriedade deles. E só em cima de financiamento, tem proprietário que tem três, quatro PRONAF^{iv}” (Nivaldo Pereira Cunha - STSMB).

Diante de uma realidade complexa que demandava e demanda respostas institucionais sincronizadas, restaram às tentativas isoladas e individuais dos trabalhadores. O fiasco econômico era previsível:

“Às vezes o INCRA assenta os colonos daqui a 200 km, mas lá não tem estrada, não tem posto de saúde, não tem escola. Já vi uns 2 mil [assentados] em Serra Azul, e um senhor mostrou lá o Paiol de milho, arroz, feijão (de feijão era 70 sacas), e que não tinha transporte e aí ele se injuriou e queimou. Ele logo vendeu a terra e foi embora porque não tinha como escoar a produção. (Nivaldo Pereira Cunha - STSMB).

Segundo o presidente Nivaldo em torno de 70% dos filiados ao sindicato^v foram beneficiados com lotes da reforma agrária, mas viraram empregados para manter a posse de sua própria terra, pelas vantagens de um salário.

O estado de desrespeito às leis e aos direitos humanos é visível pela instituição de um regime “paralelo” de solução de divergências, por meio de práticas de intimidação, agressão, humilhação e, por fim, de extinção (assassinato). Em um misto de resignação e medo, o presidente Nivaldo afirma:

“Estou ameaçado de morte. Já atiraram no carro meu, já bateram até na minha esposa, lá num acampamento que nós estava. É um grupo aqui da região que é conhecido, que é o terror aqui da região e que tão aí” (Nivaldo Pereira Cunha - STSMB)^{vi}.

Segundo o presidente Nivaldo, a instituição da pistolagem e das mortes encomendadas não mudou. As pessoas sabem da autoria e, nas diversas esferas dos governos, não se toma providências. O *modus operandi* dos pistoleiros é conhecido por todos: vêem à luz do dia e ameaçam a pessoa objeto de sua ação, sua família e amigos, uma, duas e quantas vezes acharem conveniente, na frente de uma ou mais pessoas em lugares públicos. De forma previsível e nos termos da intimidação, ocorre o assassinato na frente de testemunhas. O único recurso à mão do trabalhador ameaçado é o de se esconder e/ou fugir.

Outra forma degradante de relacionamento entre os grandes fazendeiros e os trabalhadores rurais está no fato conhecido do trabalho escravo. O presidente Nivaldo narra sobre as muitas vezes, nos últimos anos, em que a Polícia Federal e o Ministério do Trabalho libertaram trabalhadores escravizados nas fazendas da região. Os fazendeiros, ainda hoje, vão à região Nordeste do país (Maranhão, Piauí) buscar pessoas para fazer as derrubadas e outras atividades. Quando estas pessoas chegam, a porteira da fazenda é fechada e ninguém pode ali entrar e, no caso dos trabalhadores, sair.

Com respeito às relações de trabalho, o sindicato não tem livre acesso aos empregados. Depois das volantes da Polícia Federal e Ministério do Trabalho, alguns procedimentos indicam uma mudança de postura dos fazendeiros: praticamente acabou-se com o barracão da fazenda onde o trabalhador se endividava de maneira à nunca conseguir quitar suas dívidas e poder sair do lugar se quisesse. Agora os



trabalhadores têm à sua disposição um caminhão para levá-los à cidade para que façam suas compras uma vez ao mês. Essa mudança forçada do fazendeiro é a grande novidade em termos de melhoria da relação patrão-empregado. Entretanto, essa inovação não modificou o quadro geral de tratamento desumano e degradante:

“Esses dias me chegou um senhor, já com seus 60 anos. Ele quebrou uma perna lá na fazenda e ele pegou as contas. Deram as contas dele, mandaram ele embora, pra rua no escritório receber o seu lá e pronto, ficou por isso mesmo!” (Nivaldo Pereira Cunha - STSMB).

A fiscalização do poder público também forçou os fazendeiros a assinarem a carteira de trabalho, mas, de forma geral, o quadro é de desrespeito às leis trabalhistas.

Perguntado sobre o problema mais urgente que atinge sua comunidade, o presidente Nivaldo não titubeia:

“É a questão do reflorestamento, principalmente a começar pelas nascentes, porque senão nós vamos ficar sem água. O [rio] Araguaia não vai agüentar porque se não reflorestar, não vai chover. O Araguaia vai se acabar.” (Nivaldo Pereira Cunha - STSMB).

Contudo, os pequenos e grandes proprietários, continuam dirigindo seus esforços para a criação de gado, e se expande — pelas cidades de Redenção, Santa Maria das Barreiras e Xinguara — a criação de frigoríficos.

A economia tradicional, de subsistência, ficou apenas na lembrança de um tempo em que se podia caçar e pescar à vontade. O homem pobre do sul do Pará precisa agora remediar a situação, em meio às dificuldades que já vivencia:

“Nos rios já teve muito peixe. Lá na mata se caçava e matava a caça. Hoje não tem um peixe, uma caça. Era tanta coisa, fruta mesmo... E hoje se acabou tudo. (Nivaldo Pereira Cunha - STSMB).

O Tesoureiro do Sindicato Trabalhadores Rurais de Redenção (STRR), senhor Domingos Dias dos Santos, ressalta que o público que seu sindicato tem seu foco na agricultura familiar e mais especificamente nas atividades de produção de leite, grãos (arroz, milho, mandioca, etc.), e criação de pequenos animais. Poucos trabalham nas fazendas como peão, algo em torno de 10% de 5.000 sindicalizados. Isto se deve às tensões com os fazendeiros em torno da questão do trabalho escravo, que tentam impedir que as pessoas se filiem ao sindicato:

“Os fazendeiros manipulam os vaqueiros pra que não se associem no sindicato, porque os direitos deles infelizmente nós temos pouco aqui” (Domingos Dias dos Santos - STRR).

Desse modo, os direitos trabalhistas não são respeitados, e o trabalhador só saberá de sua condição vulnerável quando a realidade da velhice, da doença e dos acidentes de trabalho chegar.



“O vaqueiro tem a carteira assinada com um terço do que ele recebe. Depois ele não tem essa assistência da saúde, da educação e do transporte. Quem adocece nas fazendas vem pra cima de uma camionete, de um caminhão que tem junto com o milho, o porco. É tratado como um animal e chega aqui e geralmente vai pra um hospital público; vai passar dias e dias na fila. Quando o problema é grave eles costumam ser abandonados aqui; quando vem aqui [no sindicato] a gente vai atrás e briga e faz com que se garanta esse direito.” (Domingos Dias dos Santos - STRR).

O vaqueiro é compelido a aceitar as condições impostas pelos fazendeiros, baseadas na mecânica da fome e do medo:

“É difícil você ver alguém que está trabalhando de vaqueiro e está satisfeito. O que influencia eles [os vaqueiros] é a questão da alimentação, porque no final do mês tem leite, às vezes muitos fazendeiros dão liberdade para eles criarem galinhas, porcos. Não é uma alimentação boa que tem nutrientes como é recomendada, mas é uma alimentação que ele se sente satisfeito. Mas a relação patrão-empregado aqui é complicado porque ele tem medo do patrão, o patrão é o todo poderoso. Nós aqui sabemos de fazendeiros que chegou até a bater em funcionários” (Domingos Dias dos Santos - STRR).

A relação entre os fazendeiros e suas entidades com o sindicato dos trabalhadores rurais não é cordial:

“Não temos muito contato com os fazendeiros. Tens uns fazendeiros que é tranqüilo, mas basicamente a gente encontra com eles na hora da porrada, do conflito mesmo. Os fazendeiros até proibem os funcionários deles de conversarem com a gente” (Domingos Dias dos Santos - STRR).

Segundo o sindicato, mesmo diante da gravidade de que “todas as terras já estão degradadas”, continua muito presente o hábito das queimadas. Além disso, nos anos de 1990 até 2004, foi decisivo enfrentar o problema do *trabalho escravo*. Nesse sentido, o sindicato de Redenção serve de suporte para toda a região:

“A gente teve um desafio muito grande aqui, dificuldades muito grandes, porque nós instalamos a questão do trabalho escravo como prioridade. E, a gente teve três arrombamentos no sindicato, ameaça de morte. Eu cheguei a sair daqui escondido por três vezes pra não morrer. Houve passeata dos fazendeiros para acabar com isso no estado [a luta contra o trabalho escravo]. Mas a gente deu a volta por cima e hoje é zero o número de escravos. Nós já libertamos mais de 5 mil trabalhadores em trabalho escravo. De uma só vez a gente conseguiu libertar 370 trabalhadores numa fazenda” (Domingos Dias dos Santos - STRR).

Paralela ao problema do trabalho escravo, o senhor Domingos discorre sobre uma instituição fundamental para o estado de insegurança, a pistolagem:

“Nós vivemos uma situação de que o pistoleiro vinha no sindicato ameaçar a gente. O pistoleiro enfrentava, via a gente na rua e ameaçava. Eu já tive que sair escondido daqui três vezes pra não morrer. Essa coisa da pistolagem diminui bastante no nosso município e na nossa região. Mas, ainda tem. Ainda tem gado, ainda tem pistoleiro.” (Domingos Dias dos Santos - STRR).



O senhor Domingos guarda, como uma lembrança triste e exemplar do estado de violência que já imperou na região, o episódio da morte de um companheiro que participou de um processo de desapropriação:

“... quando vieram fazer uma audiência pública, várias autoridades fizeram a audiência e ele [Ezequiel] foi preso pelo delegado a mando de uns fazendeiros. Ele [Ezequiel] falou na audiência e denunciou os fazendeiros. Só que antes dele ser preso, um soldado passou e disse pra ele “Tu tá morto, tu não vai viver muitos dias”. O cara [pistoleiro] matou ele dentro de casa, perto da filha de 10 anos, uma menina” (Domingos Dias dos Santos - STRR).

O sindicato relata o apoio de um comandante da polícia militar e de um delegado (Luís Antônio), que ajudaram a combater a pistolagem. Já da justiça em geral, a opinião do sindicato não mudou muito:

“Infelizmente a justiça não tem ajudado a gente, não tem colaborado; pelo contrário, a gente faz a denúncia, a polícia prende e na mesma hora a justiça manda soltar” (Domingos Dias dos Santos - STRR).

Hoje o sindicato vive o desafio de harmonizar o trabalho na terra e a reparação do solo e, a despeito dos projetos governamentais de biocombustíveis e agricultura orgânica, os trabalhadores continuam a depender mais de si do que qualquer ação sistêmica mais qualificada. A realidade da degradação ambiental não mudou, ainda que reconheçam a importância da problemática ambiental.

“A primeira coisa é salvar o nosso planeta. Na nossa região o mais importante aqui é a vida do ser humano, que tá ligado a isso que é proteger a nascente dos rios. Hoje temos uma seca incrível. Acho que a questão mais urgente na região é fazer com que alguém se conscientize que precisa do solo, dos igarapés, do rio. O trator tapou e o capim tomou conta das nascentes. Tem rios de médio porte, como é o caso do Arraia, do Ribeirão, que não têm água, os peixes morreram. Não chove mais na região. É incrível dizer que no Pará não chove!” (Domingos Dias dos Santos - STRR).

Para o sindicalista, o fenômeno social degradante que mais recuou na região foi o trabalho infantil. Avaliam como extremamente importante que 80% dos sindicalizados, ou 4.000 pessoas e/ou famílias, sejam atendidos pelo programa federal “Bolsa Família”. Isso retirou uma grande pressão sobre as famílias para fazerem, de seus filhos menores, força de trabalho.

O senhor Geraldino, um vaqueiro filiado ao sindicato dos trabalhadores rurais de Redenção traça o perfil do “patrão (fazendeiro) ruim” que prolifera pelas paragens do sul do Pará:

“O patrão ruim é aquele quando o cara trabalha um ano, dois, que vai querer os direitos dele, ele [fazendeiro] propõe a morte pro cara, some com a pessoa. Aqui no Pará tem muito disso; muitas vezes o cara entra na justiça, o fazendeiro paga e depois o cara [vaqueiro] some. Tem os fazendeiro bom, mas tem uns fazendeiro que só faz judiação” (Sr. Geraldino – Vaqueiro).



O senhor Geraldino faz referência a bons fazendeiros com os quais já trabalhou ou sobre os quais ouviu falar. Mas tem clareza quanto à posição frágil que o peão ocupa. Viu a aplicação de castigos como procedimento “normal” do trato dos fazendeiros para com os trabalhadores. Entretanto, o que mais o chocava eram as situações de desamparo:

“Tem mais gente sem carteira [de trabalho]. E primeiro botaram um coitado lá pra fora sem carteira, botaram pra fora doente que ele tava com problema. Lá [na fazenda] ele ia morrer à míngua. O hospital do estado é muito bão mais não acode ninguém^{vii}, aqui morre na fila, às vezes não atende a gente. Então hoje quem vale é o dinheiro, só vale o que tem” (Sr. Geraldino – Vaqueiro).

Seu Geraldino já viu o expediente de argolas pregadas nas árvores para prender o peão e submeter-lhe a castigos. Estar na fazenda é viver ameaçado e explorado, ao passo que estar fora dela, é correr riscos numa esfera pública onde as pessoas não estão muito interessadas na situação dos miseráveis:

“Lá [nas fazendas] tinha até a castanheira e uma “rapinha” de argola na castanheira que era [pra prender o peão], bater pra matar, entendeu? Lá era tenebroso! Eu vejo muito peão sofrer aqui no Pará. Eu mesmo fui receber. Agora, tá com um ano sem receber direito, tentando evitar de morrer e de brigar. Você não pode fazer nada, você é pobre, fazer o quê? Pedir esmola? Pedir esmola aqui no Pará ninguém dá esmola pra ninguém não.” (Sr. Geraldino – Vaqueiro).

A falta de oportunidades na vida resulta numa lista de situações que caracterizam a vida sofrida de seu Geraldino: sem estudos, recebia a “benevolência” dos “bons” patrões (que lhe davam carne). Muitas vezes, precisou de medicamentos e não teve dinheiro para comprá-los. Por fim, resignado, lembra do episódio da morte do irmão em que precisou gastar recursos de que não dispunha.

Os fazendeiros ditam as regras e ao trabalhador rural motivado a reivindicar seus direitos, resta, além da sobrevivência, a condição tácita e de um estigma lançado pelo fazendeiro que o impedirá de obter nova colocação no mercado de trabalho:

“A gente tem medo de ir lá [no Ministério do Trabalho] porque geralmente não consegue mais emprego em lugar nenhum, queimam você pra todos os fazendeiros. [Dizem que] você não presta, você é ladrão. O fazendeiro persegue o cara” (Sr. Geraldino – Vaqueiro).

Comissão Pastoral da Terra (CPT)^{viii}

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos anos de 1970, os incentivos fiscais fizeram da região do sul do Pará uma nova fronteira agrícola, atraindo grandes grupos econômicos, e uma multidão de colonos pobres de outras regiões do país. Esse modelo gerou uma síntese de destruição da floresta, conjugada com a pobreza e a desigualdade social. Aconteceram diversos conflitos ligados à posse da terra, com muitos líderes mortos, além do problema do trabalho escravo.

“Eu acho que se desenvolveu aqui [...] um modelo altamente concentrador de terras, predatório e excludente. E essa seqüência de impactos ambientais e sociais são extremamente graves e você está vendo e sendo testemunha de um dos elementos desses impactos ambientais como desmatamento de



forma totalmente indiscriminada utilizando métodos das queimadas para utilizar a terra de uma maneira totalmente imprópria” (Ana Souza Pinto - Socióloga, equipe de assessoria).

A CPT, segundo Frey Henry, em razão da luta pela terra, estima que tenham acontecido mais de 200 assassinatos desde a década de 1970 nessa região do Pará, registrados em vários órgãos públicos, sindicatos e na própria Pastoral da Terra. A dimensão do conflito alcança outros tipos humanos como os indígenas, lesados em seus direitos e ancestralidade, feitos refugiados em sua própria terra, a ver seu mundo ancestral e/ou tribal desmoronar.

De outro lado, a CPT entende que os projetos de assentamentos de hoje foram estimulados a compor a agenda oficial que favorecia o grande agronegócio: os grandes fazendeiros e os pequenos ganharam crédito e assistência técnica para entrar na pecuária. Os pequenos hoje sobrevivem somente do gado e em situação de extrema pobreza. A Pastoral da Terra vincula-se às novas formas de desenvolvimento, como a agroecologia. A organização trabalha com uma definição da função da terra, a da sobrevivência do pequeno agricultor e dos caminhos possíveis pela diversificação da produção:

A CPT lembra que a região do sul do Pará, em 2003 e em 2004, foi um foco de trabalho escravo. Nessa época, em uma única ação, foram libertados 150 trabalhadores. As próprias autoridades e parlamentares identificaram mais focos de trabalho escravo na região de Marabá, na Terra do Meio. Os fazendeiros hoje são mais prudentes, passando da superexploração para algo que não é exatamente o trabalho escravo e que não entra nas estatísticas, tais como as várias formas de subsídios.

“Muitas vezes os fazendeiros mascaram a carteira de trabalho, não pagam os direitos trabalhistas na hora das rescisões. Nem todos os fazendeiros ... mas tem fazendeiros que continuam com essas práticas, de tentar driblar a ação de modo a não reproduzir os mecanismos de coesão clássicos do trabalho escravo. Aí não paga e o pessoal com fome não vão ficar morrendo de fome e vão embora.” (CPT).

A violência tem um padrão e está institucionalizada:

“O Pará é sempre campeão da violência, no número de assassinatos. As conseqüências dos processos contra pistoleiros que cometem crimes: poucos processos que chegam até o júri e, quando tem que fazer a ação, é caríssima. Hoje, quando vai até o fim é sem efeito, porque mesmo que tu chega até a condenação, os pistoleiros e/ou os manda-chuvas (fazendeiros) que cometem os crimes, ficam foragidos, a polícia não prende eles. Então, no caso da Irmã Doroty, por exemplo, vai ser o próximo júri, espetacular que vão julgar, é atípica por ser uma norte-americana; fará que o Governo e a polícia trabalhem rápido quando eles querem. Agora os outros casos são enormes inquéritos, a justiça é extremamente difícil, os condenados não são presos. Então provavelmente a impunidade continua. Tem muitos outros trabalhadores que vivem furtivos do trabalho escravo que são realmente ameaçados de morte e terminam assassinados e a polícia civil e militar são coniventes aqui em Redenção.” (Frey Henry^{ix} – CPT).

A experiência da CPT quanto a esses crimes produz um relato impressionante no tocante ao comportamento das polícias: o problema começa pela complicação que é registrar uma denúncia. A dinâmica é, caso se consiga registrar, isto é feito sob algum tipo e tom de ameaça. Se os advogados da entidade, não “acompanham as vítimas para fazer a ocorrência, não conseguem ...”. Depois, os problemas acontecem no plano formal e técnico que é a peça de inquérito. Mal feita, porque não registra o



que a vítima diz e, portanto, não caracteriza o crime, e pela falta de diligências, a peça de inquérito beneficia essa cultura da violência.

Trabalho escravo Versus queimadas

O contexto econômico-social é manchado pelas ocorrências de trabalho escravo. Entre 1999 e 2000, o Ministério do Trabalho realizou mais de 47 operações de fiscalização de estabelecimentos e libertação de mais de 1.222 trabalhadores, e a maior incidência se deu nos estados de Mato Grosso e Pará. Na década de 70, estimativas apontavam para 400.000 trabalhadores vivendo sob o regime de escravidão. Em meados da década de 1990, este número sofreu sensível decréscimo para 25.000 pessoas. Em 2002, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimava que 2.500 pessoas ainda viviam sob condições de escravidão no país.

A escravidão contemporânea brasileira acontece através do aliciamento e servidão por dívida. Uma vez recrutados sob falsas promessas contratuais, os trabalhadores contraem dívidas impagáveis com itens como alimentação, higiene, transporte, saúde etc. Sob a ameaça de morte, não conseguem sair do círculo que vai do pagamento das dívidas a novo endividamento a exigir-lhes a permanência.

Em 2001 foram libertados 453 trabalhadores em mais de 14 estabelecimentos fiscalizados no país. Uma vez mais, Pará e Mato Grosso ostentam o vergonhoso título de estados campeões da escravidão no Brasil. No Pará, dos 186 trabalhadores libertados, 30 casos aconteceram na microrregião que compreende os municípios de Sapucaia, Paraupabas, Tucuruí e Água Azul do Norte. Outros 36 trabalhadores foram libertados em Xinguara e Santana do Araguaia. E mais 120 trabalhadores foram libertados em Marabá, Xinguara e Redenção. As ocorrências no Pará estão relacionadas às atividades de pecuária e desmatamento*.

De um ponto de vista ambiental, não seria figura de linguagem afirmar que a região é uma grande queimada. Segundo estimativa baseada no Sistema de detecção do desmatamento em tempo real, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de janeiro de 2008, o desmatamento entre agosto e dezembro de 2007 é de 7.000 km². A maior parte dos desmatamentos se concentra nos estados de Mato Grosso (53,7%), Pará (17,8%) e Rondônia (16%). No que se refere ao estado do Pará, sabe-se que a sua região sul concentra parte significativa de queimadas. No Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2008, por meio da Portaria Nº 28, constam os 36 municípios em que mais ocorreram queimadas e não é surpreendente ver-se a indicação, entre eles, do município de Santa Maria das Barreiras. O município, por isso, conjuntamente com os demais 35, será objeto de uma série de ações do governo federal, de natureza coercitiva, até para reprimir a prática ilegal e depredadora das queimadas.

De um ponto de vista ambiental, não seria figura de linguagem afirmar que a região é uma grande queimada. Segundo estimativa baseada no Sistema de detecção do desmatamento em tempo real, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de janeiro de 2008, o desmatamento entre agosto e dezembro de 2007 é de 7.000 km². A maior parte dos desmatamentos se concentra nos estados de Mato Grosso (53,7%), Pará (17,8%) e Rondônia (16%). No que se refere ao estado do Pará, sabe-se que a sua região sul concentra parte significativa de queimadas. No Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2008, por meio da Portaria Nº 28, constam os 36 municípios em que mais ocorreram queimadas e não é surpreendente ver-se a indicação, entre eles, do município de Santa Maria das Barreiras. O município, por isso, conjuntamente com os demais 35, será objeto de uma série de ações do governo federal, de natureza coercitiva, até para reprimir a prática ilegal e depredadora das queimadas.



A guisa de conclusão

A pesquisa prossegue na sistematização de dados dentro de um modelo de análise que tentar refletir sobre a relação entre pobreza, desigualdades sociais e sustentabilidade. O esforço está em compor como uma única unidade de análise, as realidades da pobreza e da destruição da natureza. Assim é que invariavelmente se chega à discussão sobre o agir democrático e suas bases constitutivas no Pará e no Brasil.

Bibliografia

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2000**. Rio de Janeiro.

_____. **PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIOS 2005**. Rio de Janeiro.

_____. **PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIOS 2006**. Rio de Janeiro.

Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, Censo Educacional 2003.

Ministério do Trabalho e Emprego. **A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel**. Brasília, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- ⁱ Foram feitas entrevistas semi-estruturas, totalizando 90 horas de entrevistas em Redenção e Santa Maria das Barreiras.
- ⁱⁱ Para este trabalho, trabalhar-se-á com uma paridade de R\$ 1,94 real para U\$ 1,0 dólar.
- ⁱⁱⁱ Com aproximadamente 500 pessoas na folha de pagamentos.
- ^{iv} O PRONAF é o programa de financiamento do governo federal para a agricultura familiar, com juros, taxas prazos mais ajustados às condições do pequeno agricultor.
- ^v O sindicato conta 5.000 filiados.
- ^{vi} Ao tempo da entrevista, o presidente Nivaldo se fazia acompanhar por um policial.
- ^{vii} Seu Geraldino conserva um bom humor que julgava extinto nessa gente sofrida. O prédio do posto de saúde está de pé e tem endereço, mas é de pouca serventia.
- ^{viii} Foram entrevistados Frey Henry (advogado da pastoral da terra e coordenador do Sul do Pará), Ana Souza Pinto (Socióloga, equipe de assessoria), Lúcia Pereira (advogada).
- ^{ix} O próprio Frey Henry confessou estar sob proteção policial vinte e quatro horas.
- ^x Dados disponíveis no documento "A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel" do Ministério do Trabalho e Emprego de 2001.